

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004864-88.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Exeqüente: **Ds Comércio de Pneus Ltda - Me**
 Executado: **Alexandre Henbrique Flores**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

DS Comercio de Pneus Ltda ME moveu ação de execução em face de Alexandre Henrique Flores. Narrou ser titular de crédito estampado em cheques juntados.

Instada a se manifestar (fl. 25), veio às fls. 28/30.

Decido.

O cheque é ordem de pagamento à vista, emitida contra uma instituição financeira para que pague determinado valor ao beneficiário, não devendo ser considerada escrita qualquer cláusula em contrário, nos moldes do artigo 32, da Lei nº 7.357/85.

Não obstante o cheque “pós-datado” ser prática comercial corriqueira, ela não tem o condão de alterar os ditames legais e as suas características cambiariformes, sob pena de se descaracterizar o título de crédito e também executivo.

Nos termos dos artigos 33 e 59, da lei de regência, o prazo prescricional da ação de execução é de 06 meses a partir do prazo de apresentação, que pode ser de 30 ou 60 dias, a depender da praça. A alteração do prazo de apresentação por acordo das partes seria infringência ao artigo 192, do Código Civil, não se podendo admitir alteração casuística do prazo prescricional.

Nesse mesmo sentido: AgRg no Ag 1159272/DF, Rel. Min. Vasco Della Giustina, 3º T, julgado em 13.04.2010; REsp 875.161/SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4º T., julgado em 09.08.2011 e AgRg no AREsp 312.487/MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3º T., julgado aos 25.03.2017, todos do colendo STJ.

No presente caso todas as cópias foram emitidas em 23/09/2017, nesta praça de São Carlos (fl. 18), tendo a inicial aportado somente em maio de 2018, após o prazo legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, reconheço a prescrição nos moldes do artigo 487, II, do CPC, resolvendo o feito com apreciação do mérito.

Custas e despesas pela parte exequente, não havendo honorários diante da ausência de lide.

Oportunamente arquivem-se os autos.

PIC

São Carlos, 24 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**